

Sistemas de Informação Pretéritos: o caso da Mesa da Consciência e Ordens

Nelson Vaquinhas

Bolseiro da FCT

CIDEHUS/UE

E-mail: nelson.manuel@gmail.com

RESUMO

O objectivo desta comunicação é apresentar um projecto que visa reconstruir um sistema de informação do século XVIII, em torno de uma das instituições da administração central do período Moderno menos conhecida: a Mesa da Consciência e Ordens.

Esta instituição será analisada ao nível do seu sistema de informação, como uma organização, com os seus subsistemas internos e que estabelece igualmente relações com outros sistemas. Esta cooperação institucional assentava em afinidades de actuação e na partilha, entre si, do capital informacional de que se sustentavam as organizações da administração central. As actividades dependiam das trocas de informação no âmbito dos seus processos administrativos, ou seja, das suas relações sistémicas.

ABSTRACT

The purpose of this paper is to introduce a project about an information system of the XVIII century regarding one of the less known institutions of the central administration: the Board of the Portuguese Military Orders.

This institution will be analyzed in terms of this information system, as an organization with its internal subsystems and also establishing relationships with other systems. This institutional cooperation was based on the affinities of action and sharing each other's information capital that supported their organizations.

PALAVRAS-CHAVE: sistemas de informação, gestão de informação, arquivo, Mesa da Consciência e Ordens, Ordens Militares

KEYWORDS: information systems, information management, archive, board of the Portuguese Military Orders, Military Orders

INTRODUÇÃO

A Mesa da Consciência, como inicialmente era designada, correspondia a um Tribunal criado em 1532, por D. João III, com o objectivo de tratar dos encargos pios da Coroa. Depois de 1551 com a anexação das Ordens passou a administrar os Mestrados das Ordens de Cristo, Avis e Santiago. Foi extinta em 1833.

Ao longo dos três séculos de existência esta instituição produziu um vasto conjunto documental no âmbito das suas funções administrativas, a uma dimensão que se fez sentir por uma vasta área territorial. A história do seu arquivo e a informação que se gerou em torno das suas actividades são as bases para o conhecimento desta instituição do período Moderno.

Face ao estado de fragmentação em que se encontra a massa documental da Mesa da Consciência e Ordens, torna-se pertinente encontrar lógicas de organização primitiva desse arquivo, compreender a ordem original em que foi concebido. Ao terramoto de 1755 se deve o desaparecimento de uma parte do acervo da Mesa da Consciência e Ordens, as séries incompletas e a dispersão de documentos. De tudo isto saíram mais prejudicados os cartórios da Mesa enquanto Mesa, do que das secretarias das Ordens de Cristo e Santiago. No entanto, há muita documentação posterior a 1755 que também desapareceu. Por isso, será importante estudar a história custodial e arquivística para compreender as circunstâncias que contribuíram para a estrutura e organização actuais deste fundo.

PROJECTO DE INVESTIGAÇÃO

A temática desta comunicação constitui uma parte muito relevante do objecto de estudo do projecto de dissertação intitulado *A Mesa da Consciência e Ordens o tenha assim entendido. O sistema de informação das Ordens Militares no século XVIII*, inserido no Programa de doutoramento em Ciências da Informação e da Documentação, ministrado pela Universidade de Évora. É neste âmbito que se pretende expor os objectivos e a pertinência deste estudo, a sua linha metodológica, assim

como o ponto em que se encontra a investigação e alguns dos seus resultados.

Este projecto vem na sequência da investigação sobre o sistema de informação do Tribunal do Santo Ofício na primeira metade do século XVIII. [1]

O século XVIII é o período que se escolheu para demarcar cronologicamente este estudo. Sobre esta escolha pesa, inevitavelmente, os documentos que existem para um trabalho desta dimensão. Somos confrontados para a investigação em causa com um dos maiores obstáculos que aqui se pode colocar: a perda de documentos pertencentes ao fundo da Mesa da Consciência e Ordens. Muito do que se produziu e que poderia constituir fonte relevante neste trabalho não chegou até nós. Para anos mais recuados seria mais notória essa questão.

O estudo justifica-se pelo destaque que se pretende dar ao funcionamento desse sistema de informação, no século XVIII, desde a fase activa da instituição à fase inactiva; da produção à organização dos documentos em arquivo. Pretende-se dar a conhecer a lógica administrativa inerente às actividades e funções desta entidade, trâmites e procedimentos burocráticos. Assim como as técnicas de organização arquivística que eram utilizadas. Desta forma, a importância deste trabalho reside em três pontos essenciais: 1) compreender a estrutura orgânico-funcional original dos cartórios da Mesa enquanto Mesa e das secretarias das Ordens Militares; 2) saber como os homens do século XVIII organizavam e estruturavam as suas massas documentais; 3) Por fim, importará atender aos instrumentos descritivos que produziam e a que recorriam, com alguma frequência, para ter acesso à informação.

Como ponto de partida, os principais objectivos a atingir, neste projecto, são os seguintes:

- Analisar as práticas da gestão da informação no século XVIII numa instituição que lida com a honra e na qual a confidencialidade da informação era de extrema importância;
- Estudar a estrutura funcional dessa instituição (num universo que contempla a Mesa enquanto Mesa e demais repartições: Secretarias das Ordens de Cristo, Santiago e Avis, e outras dependências orgânicas);
- Conhecer o respectivo sistema administrativo que implicava uma rede de agentes nas periferias de Portugal e do Império;
- Estabelecer uma análise comparada com a congénere castelhana (Consejo de Órdenes) e o Conselho Geral do Santo Ofício;
- Identificar circuitos, trâmites e séries documentais;
- Estudar os processos de informação através das séries e tipologias documentais;
- Analisar os mecanismos de circulação e controle da informação;
- Identificar os agentes directamente implicados na circulação de informação e respectivas responsabilidades

na gestão da informação;

- Conhecer as práticas de organização, instalação, descrição e recuperação das massas documentais no sistema de arquivo dessa instituição;
- Compreender a importância do poder e do sigilo na informação produzida/recebida por esta instituição.

No plano metodológico, construiu-se uma base de dados em File Maker, na qual foram parametrizados os campos em função das necessidades desta investigação. Esta base de dados conta, até ao momento, com 1800 registos, divididos em várias categorias: procedimentos administrativos, intervenientes e carreiras, circuitos documentais, sistema de arquivo e práticas arquivísticas, entre outros.

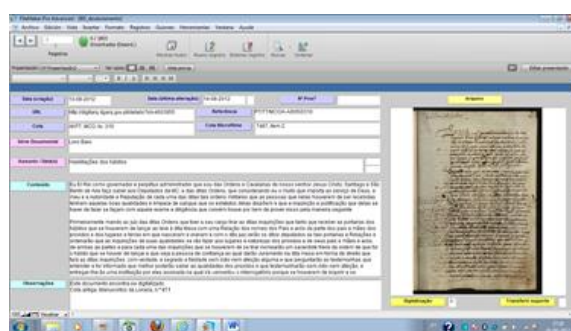


Figura 1: Pormenor da base de dados

O estudo comparativo da Mesa da Consciência e do congénere castelhano é outra aproximação metodológica fundamental. Pretende-se, assim, traçar as especificidades deste tribunal português, identificando pontos de proximidade e de diferença em alguns circuitos e respectivas séries documentais em processos administrativos. A Mesa da Consciência e Ordens também será tratada em contraponto com outra instituição com afinidades de actuação: o Santo Ofício.

Também se tem em vista a construção de fluxogramas que sejam representativos dos procedimentos administrativos e arquivísticos existentes no sistema de informação.

Aspira-se, neste trabalho, como base teórica, aplicar uma abordagem sistémica. O Tribunal da Mesa da Consciência e Ordens será encarado como um sistema que estabelece inter-relações com aquilo que o rodeia, com outros sistemas como por exemplo o Rei (no sentido de pólo de decisões), o Santo Ofício, o Conselho da Fazenda, o Desembargo do Paço, a Santa Sé, entre outros. Assim será possível avaliar o que cada sistema dá e o que recebe como resultado das suas acções e em que actividades esta dinâmica se regista. Nos processos de habilitação das Ordens Militares é notória esta interacção que a Mesa da Consciência e Ordens estabelece com outros sistemas e subsistemas. Disso são exemplo os pedidos de consulta e cópia dos processos *de genere* às Câmaras Eclesiásticas. Assim como as informações provenientes do tribunal de Santo Ofício, dado que se explica pela natureza das suas

actividades. Isto porque, eram organizações que atestavam a honra, e no âmbito dessa função, que lhes é inerente, inquiriam e sentenciavam os indivíduos. O Santo Ofício primava pela exigência e rigor dos seus padrões ao nível da qualidade da sua informação e por isso, justificavam-se estas inter-relações que eram frequentes. O tribunal das Ordens incitava os habilitandos a pedir elementos comprovativos quando existiam relações de parentela entre elementos já aprovados pelos respectivos tribunais ou a solicitar outros dados que existiam fora do seu sistema de informação.

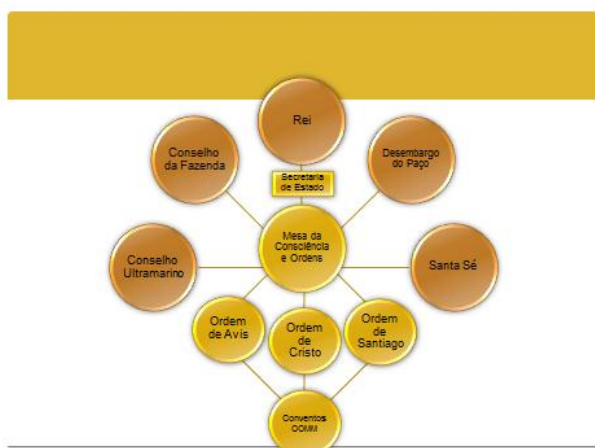


Figura 3: Sistemas de Informação

Em suma, nas tomadas de decisão era necessário a informação proveniente de sistemas de outras organizações. Esta interacção fazia-se sentir, quer para fins de legitimação da pureza de sangue, quer para a recolha e cruzamento de informações de outra natureza, como ocupacional (dir-se-ia hoje “profissional”), por via dos documentos à guarda dos sistemas/subsistemas de informação do período Moderno.

Note-se que se trata de um sistema complexo (sobretudo comparado com o Santo Ofício) que interage com vários outros. Na fase da investigação em que nos encontramos, também já foi possível detectar a existência de instituições/cartórios que funcionariam, nesta perspectiva, como subsistemas do sistema de informação da Mesa da Consciência e Ordens, o que demonstra as constantes trocas de informação, necessárias à sobrevivência de todo o sistema. Neste conjunto incluem-se os arquivos dos conventos das Ordens Militares.

A estrutura orgânica da Mesa da Consciência e Ordens era constituída pelas seguintes repartições já identificadas neste estudo: Secretaria da Mesa da Consciência e Comum das Ordens, Secretaria do Mestrado da Ordem de Cristo, Secretaria do Mestrado da Ordem de Santiago da Espada, Secretaria do Mestrado da Ordem de São Bento de Avis, Contos da Mesa, Contadorias dos Mestrados, Secretaria das Arrematações, Chancelaria das Ordens Militares, Juízo Geral das Ordens, Juízo dos Cavaleiros. No inventário da Torre do Tombo podemos encontrar mais unidades orgânicas. [2]

São várias as actividades deste tribunal que interessa tratar nesta investigação. Assim é pelos procedimentos de cariz administrativo envolvidos e sobre os quais se

move um aparelho burocrático para dar resposta aos seus processos: pedidos de emolumentos, ordenados, propinas e ajudas de custo; processos de provimento relativos a cargos/ofícios, comendas, igrejas e benefícios; processos de habilitação para as Ordens Militares.

Associados aos processos estão os procedimentos administrativos e, por sua vez, as tipologias documentais. Dentro do conjunto enunciado de actividades desenvolvidas pela Mesa da Consciência e Ordens existe um leque de documentos que já foram identificados e que são o comum de muitos que são produzidos por outras instâncias organizacionais. As fórmulas utilizadas, em grande parte, assemelham-se às de outros organismos da administração central.

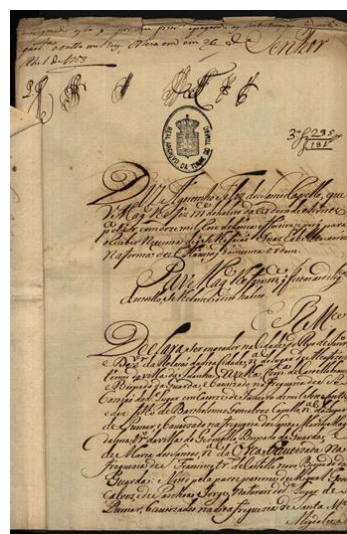


Figura 2: Petição [3]

“Documento cedido pelo ANTT”

Mesa da Consciência e Ordens, Habilitações para a Ordem de Cristo, letra A, mç. 3, n.º 8

O grosso dos conjuntos documentais que terão de ser explorados para este projecto encontra-se depositado na Torre do Tombo. Também será alvo de análise tudo quanto há disperso por outros arquivos (Arquivo Histórico do Tribunal de Contas; Arquivo Distrital de Portalegre) e bibliotecas patrimoniais (Biblioteca Nacional de Portugal; Biblioteca Pública de Évora; Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra; Biblioteca da Ajuda). Para o caso espanhol, o *Archivo Histórico Nacional* e a *Biblioteca Nacional de España*, em Madrid.

Das séries documentais a analisar, destacam-se, a título exemplificativo, as seguintes:

Mesa da Consciência e Ordens

Assentos, avisos, consultas, decretos originais, Ordens Militares/papéis diversos, processos relativos a Ofícios, processos de habilitação, registo de cartas régias, registo de consultas, registo de decretos/ resoluções régias, requerimentos de Ofícios e Benefícios Eclesiásticos.

Conselho Geral do Santo Ofício

Consultas, correspondência expedida, correspondência recebida, despachos, processos de habilitação.

O cronograma de trabalhos a desenvolver, com duração de 3 anos, reparte-se, em traços gerais, da seguinte forma: o primeiro ano será dedicado às fontes documentais, à recolha de dados, ao levantamento e à análise da bibliografia sobre a temática. Prevê-se, no segundo ano, a continuidade da leitura de bibliografia e o tratamento dos dados. No terceiro ano, concretizar-se-á a redacção.

NOTAS

[1] VAQUINHAS, Nelson - Da comunicação ao sistema de informação: o Santo Ofício e o Algarve (1700-1750). Lisboa: Edições Colibri/CIDEHUS, 2010.

[2] FARINHA, Maria do Carmo Jasmins Dias e JARA, Anabela Azevedo - Mesa da Consciência e Ordens. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 1997.

[3] [Consultado em 18 de Agosto 2012]. Disponível em www: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/viewer?id=4687064>

BIBLIOGRAFIA

AAVV - Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação. 2.^a ed.. Porto: Edições Afrontamento, 2002.

FARINHA, Maria do Carmo Jasmins Dias e JARA, Anabela Azevedo - Mesa da Consciência e Ordens. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 1997.

OLIVAL, Fernanda – As Ordens Militares e o Estado Moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789). Lisboa: Estar, 2001.